



A Santa Sé

**DISCURSO DE JOÃO PAULO II
AOS PARTICIPANTES
NA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA
CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ**

Sexta-feira, 28 de Janeiro de 2000

Senhores Cardeais

Venerados Irmãos no Episcopado

e no Sacerdócio

Caríssimos fiéis colaboradores

1. É-me deveras grato encontrar-vos no termo da vossa Assembleia plenária. Desejo exprimir-vos o meu reconhecimento e apreço pelo trabalho quotidiano que o vosso Dicastério realiza ao serviço da Igreja para o bem das almas, em sintonia com o Sucessor de Pedro, primeiro guardião e paladino do sagrado depósito da fé.

Estou grato ao Senhor Cardeal Joseph Ratzinger pelos sentimentos que, em nome de todos, me manifestou no seu discurso e pela sua exposição dos temas que foram objecto de atenta reflexão durante a vossa Assembleia, consagrada em particular ao aprofundamento da problemática da unicidade de Cristo e à revisão das normas dos chamados "*delicta graviora*".

2. Agora, gostaria de abordar brevemente os principais assuntos debatidos durante esta vossa Assembleia. O vosso Dicastério considerou oportuno e imperioso começar um estudo acerca dos temas da unicidade e da universalidade salvífica de Cristo e da Igreja. A confirmação da doutrina do Magistério em relação a tais temas é proposta em vista de fazer o mundo ver "*a luz do Evangelho da glória de Cristo*" (2 Cor 4, 4) e de confutar erros e graves ambiguidades que se configuraram e se estão a difundir em vários âmbitos.

Com efeito, nestes últimos anos, em ambientes teológicos e eclesiais emergiu uma mentalidade destinada não só a tornar relativas a revelação de Cristo e a sua mediação única e universal em vista da salvação, mas também a redimensionar a necessidade da Igreja de Cristo como

sacramento universal da salvação.

Para pôr remédio a esta mentalidade relativista, é preciso reiterar sobretudo o carácter definitivo e íntegro da revelação de Cristo. Fiel à palavra de Deus, o Concílio Vaticano II ensina que "a verdade profunda, tanto a respeito de Deus como da salvação dos homens, se nos manifesta por esta revelação na pessoa de Cristo, que é o mediador e simultaneamente a plenitude de toda a revelação" (Constituição dogmática *Dei Verbum*, 2).

Por isso, na Carta Encíclica *Redemptoris missio* repropôs à Igreja a tarefa de proclamar o Evangelho como plenitude da verdade: "Nesta palavra definitiva da sua revelação, Deus deu-se a conhecer do modo mais pleno: Ele disse à humanidade quem é. E esta auto-revelação definitiva de Deus é o motivo fundamental pelo qual a Igreja é missionária por sua natureza. Não pode deixar de proclamar o Evangelho, ou seja, a plenitude da verdade que Deus nos deu a conhecer de si mesmo" (n. 5).

3. Por conseguinte, é contrária à fé da Igreja a tese acerca do carácter limitado da revelação de Cristo, que encontraria um seu complemento nas outras religiões. O motivo essencial desta asserção quer fundamentar-se no facto de que a verdade sobre Deus não poderia ser compreendida e manifestada na sua globalidade e integridade por qualquer religião histórica, portanto nem pelo cristianismo e nem sequer por Jesus Cristo. Porém, esta posição contradiz as afirmações de fé segundo as quais em Jesus Cristo se verifica a plena e completa revelação do mistério salvífico de Deus, enquanto a compreensão do mistério infinito deve ser sempre avaliado e aprofundado à luz do Espírito de verdade que nos orienta no tempo da Igreja "para toda a verdade" (Jo 16, 13).

Embora sejam limitadas como realidades humanas, as palavras, as obras e o inteiro evento histórico de Jesus têm contudo como fonte a Pessoa divina do Verbo encarnado e por isso contêm em si o carácter definitivo e completo da revelação das suas vias salvíficas e do mesmo mistério divino. A verdade sobre Deus não é abolida nem reduzida, porque é pronunciada em linguagem humana. Ao contrário, ela permanece única, plena e completa porque quem fala e age é o Filho de Deus encarnado.

4. Em conexão com a unidade da mediação salvífica de Cristo coloca-se a unicidade da Igreja por Ele fundada. Com efeito, o Senhor Jesus constitui a sua Igreja como realidade salvífica: como seu Corpo, mediante o qual Ele mesmo actua na história da salvação. Assim como há um só Cristo, também existe o seu único Corpo: "Igreja una, católica e apostólica" (cf. *Símbolo de fé*, DS 48). A este respeito, o Concílio Vaticano II afirma: "O santo Concílio... assente na Sagrada Escritura e na Tradição, ensina que esta Igreja peregrina na terra é necessária para a salvação" (Constituição dogmática *Lumen gentium*, 14).

Efectivamente, é erróneo considerar a Igreja como um caminho de salvação ao lado daqueles

constituídos por outras religiões, que seriam complementares à Igreja e convergentes com esta, rumo ao Reino de Deus escatológico. Portanto, deve-se excluir uma certa mentalidade de indiferentismo "caracterizada por um relativismo religioso, que considera que uma religião vale outra" (cf. Carta Encíclica, *Redemptoris missi*, 36).

É verdade que os não-cristãos recordou o Concílio vaticano II podem "alcançar" a vida eterna "sob a acção da graça", se "buscarem a Deus na sinceridade do coração" (*Lumen gentium*, 16). Todavia, na sua busca sincera da verdade de Deus eles são de facto "ordenados" para Cristo e o seu Corpo, que é a Igreja (cf. *ibid.*). De qualquer forma, encontram-se numa situação deficitária, se se comparar esta com aquela das pessoas que na Igreja têm a plenitude dos meios salvíficos. Portanto é compreensível que, seguindo o mandato do Senhor (cf. *Mt* 28, 19-20) e como exigência do amor por todos os homens, a Igreja "anuncia e tem o dever de anunciar constantemente a Cristo, que é "o Caminho, a Verdade e a Vida" (*Jo* 14, 6), no qual os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou todas as coisas consigo (cf. *2 Cor* 5, 18-19)" (Declaração *Nostra aetate*, 2).

5. Na Carta Encíclica *Ut unum sint*, confirmei solenemente o compromisso da Igreja católica no "restabelecimento da unidade", na linha da grande causa do ecumenismo que o Concílio Vaticano II teve muito a peito. Juntamente com o Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, contribuístes para a consecução do acordo acerca de verdades fundamentais da doutrina sobre a justificação, assinado no dia 31 do passado mês de Outubro em Ausburgo. Embora não falem dificuldades, com confiança na assistência da graça divina progredimos ao longo deste caminho. Porém, o nosso ardente desejo de um dia chegarmos à plena comunhão com as outras Igrejas e Comunidades eclesiais não deve obscurecer a verdade de que a Igreja de Cristo não é uma utopia a recompor a partir dos fragmentos actualmente existentes, com as nossas forças humanas. O Decreto *Unitatis redintegratio* falou explicitamente da unidade "que acreditamos subsistir sem a possibilidade de se ter perdido na Igreja católica, e que esperamos crescerá cada vez mais, até ao fim dos séculos" (n. 4).

Caríssimos Irmãos, no serviço que a vossa Congregação oferece ao Sucessor de Pedro e ao Magistério da Igreja, contribuís para fazer com que a revelação de Cristo continue a ser na história "a verdadeira estrela de orientação" da inteira humanidade (*Fides et ratio*, 15).

Enquanto me congratulo convosco por este importante e precioso ministério, exprimo-vos o meu encorajamento a prosseguirdes com um novo impulso no serviço à verdade salvífica: *Christus heri, hodie et semper!*

Com estes sentimentos, concedo de coração a todos vós, em penhor de afecto e gratidão, uma especial Bênção apostólica.

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana